

# Abi-Ackel afirma que obstrução nada resolve

ESP 19 MAI 1981

Senado

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, disse ontem que a obstrução dos partidos oposicionistas à tramitação dos projetos do Senado "é vazia de proposta", porque não apresenta alternativas ou sugestões mas "apenas quer uma receita governamental para a legislação eleitoral".

Para o ministro, a definição das regras eleitorais interessa tanto aos senadores da oposição quanto aos do PDS, e por isso "não há interesse de nenhuma das partes em prorrogar a solução do problema". Ele lembrou, no entanto, que "o assunto é muito complexo e é muito difícil conciliar interesses regionais em uma legislação de caráter nacional".

Abi-Ackel fez questão de dizer que o PDS, por intermédio do senador José Sarney, presidente do partido, "está buscando um consenso partidário, com consultas às bases nos Estados, para que então possa apresentar sugestões". Essas propostas, segundo o ministro da Justiça, "poderão não ser coincidentes

com as do governo", mas o assunto terá palavra final do presidente Figueiredo.

## CRÍTICA

O ex-presidente da Câmara, deputado Flávio Márcilio, discordou ontem do 1º vice-presidente do PDS, deputado Homero Santos, para quem o governo não val concordar com a extinção da figura do decurso de prazo por causa da obstrução parlamentar que está sendo feita pelas oposições.

"A obstrução é um recurso legítimo usado pela oposição. No regime democrático, compete ao governo compor uma maioria parlamentar, a fim de aprovar leis. Se não consegue apresentar maioria numa das Casas do Congresso, isso revela a inexistência dessa suposta maioria ou que ela não funciona em bases efetivas", disse Márcilio.

Ele lembrou ainda que "de acordo com a Carta Magna, seria o caso de aplicação do preceito constitucional que regula o pagamento da parte variável dos subsídios, relativa ao comparecimento do parlamentar às sessões legislativas e à sua participação na votação. Reclamar que as leis passem por decurso de prazo é querer a negação do próprio Parlamento".